



Ofº nº 468/SEAPI – 23 janeiro 2012

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Assuntos Constitucionais, Direitos,
Liberdades e Garantias
Deputado Fernando Negrão

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
834/XII/1ª-CACDLG /2011	22-12-2011	Registo nº 468	23-01-2012

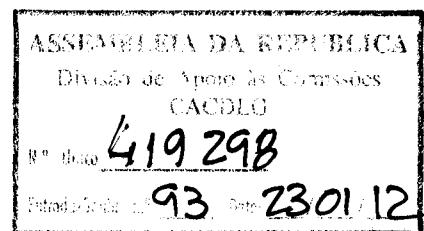
Assunto: Petição n.º 66/XII/1.ª - “Solicitam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objectivo de avaliar a aplicação da lei pelo 1.º Juízo do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa no que se refere à concessão de licenças de saída jurisdicional e à aplicação da liberdade condicional.” - iniciativa de Franklin Pereira Lobo e outros

Em resposta ao V/Oficio n.º 834/XII/1ª-CACDLG/2011, de 22 de dezembro de 2011, encarrega-me a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar, cópia do oficio n.º 288 e respectivo anexo, de 19 do corrente, do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, relativo ao assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DA MINISTRA

Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Entrada N.º 438

Data 23/10/2012

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Of. 3642/SEAPI
Registo 3359

SUA COMUNICAÇÃO
23-12-2011

NOSSA REFERÊNCIA
Pº 3948/2011
Nº 288

DATA 19 JAN 2012

ASSUNTO: Pedido de informação relativa à Petição n.º 66/XII/1.^a – “Solicitam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objectivo de avaliar a aplicação da lei pelo 1.º Juízo do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa no que se refere à concessão de licenças de saída jurisdicional e à aplicação da liberdade condicional” – iniciativa de Franklin Pereira Lobo e outros

Em referência ao ofício de V. Exa. acima indicado, junto remeto cópia do ofício n.º 1/DSEJI, da Direção-Geral da Política de Justiça, datado de 6 do corrente mês.

Com os melhores cumprimentos,

L 'O Chefe do Gabinete,

S. Barros
(João Miguel Barros)

Susana Videira
Chefe do Gabinete em Substituição

SV/AM

DGPJ

Direcção-Geral da Política de Justiça

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
GABINETE DO MINISTRO	
COMUNICAÇÃO	
ASSUNTO	Entidades
Localidades	Distribuição
10 JAN 2012	
E/	267
Proc.	3948/2011

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de

Sua Exceléncia a Ministra da Justiça

Praça do Comércio

1149-019 LISBOA

S/REF: Pº 3948/2011 - Nº67 DATA: 5/1/2012 N/REF.: 1/DSEJI DATA: 6/1/2012

ASSUNTO: Pedido de informação relativo à Petição n.º 66/XII/1.º – “Solicitam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objectivo de avaliar a aplicação da lei pelo 1.º Juizo do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa no que se refere à concessão de licenças de saída jurisdicional e à aplicação da liberdade condicional” – iniciativa de Franklin Pereira Lobo e outros

Com referência ao ofício em epígrafe, tenho a honra de informar V.Ex.º que no âmbito das Estatísticas da Justiça está prevista a recolha de elementos sobre o número de processos de concessão de licença de saída jurisdicional e de concessão de liberdade condicional entrados, findos e pendentes, incluindo a sua desagregação por unidade orgânica e por modalidade de termo.

A recolha destes dados processa-se, desde 2007, através do sistema informático dos tribunais, traduzindo a situação dos processos registada nesse sistema. Sucedeu que, a partir do ano de 2010, não dispomos deste tipo de dados na medida em que, no âmbito dos nossos procedimentos de verificação, foram detetadas discrepâncias acentuadas. Apesar dos esforços desenvolvidos em conjunto com a Direção-Geral da Administração da Justiça e o Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, não se mostrou ainda viável a resolução dos problemas identificados.

Com os melhores cumprimentos, *António Costa Moura*

O Director-Geral

António Costa Moura